

Estudo Técnico Preliminar 29/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 08361.001852/2024-11

2. Informações Iniciais

Contratação de empresa especializada em ENGENHARIA E ARQUITETURA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS, COMPREENDENDO A ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICOS E EXECUTIVOS, EM PLATAFORMA BIM (*Building Information Modeling*), visando a construção de um complexo esportivo, área de convivência e a readequação/ampliação de espaços na Superintendência Regional da Polícia Federal no estado do Amapá - SR/PF/AP, em terreno situado no Entroncamento das Rodovias Norte-Sul e R-210, s/n – Infraero, Macapá /AP, CEP: 68908-910.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
GTED/SR/PF/AP	SÉRGIO CLODOALDO SANTOS FERREIRA
GTED/SR/PF/AP	JOÃO VICTOR MELO COUTINHO

4. Descrição da necessidade

A Superintendência Regional no Amapá está instalada em um prédio inaugurado em novembro de 2013, tendo 7 mil metros de área construída, em um terreno de 24 mil metros quadrados. Desde a sua concepção, foi prevista uma área de expansão por trás dos blocos principais. Neste contexto, idealizou-se a construção de um complexo desportivo para a atividade física dos servidores policiais.

De acordo com o Art. 2º da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 88-DG/DPF, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014, a prática contínua da atividade física é obrigatória para os servidores policiais. Ainda segundo a IN supracitada em seu artigo 3º, o servidor policial dispõe de uma hora diária para a prática da atividade física institucional. Neste sentido, a construção de uma piscina, uma quadra de areia oficial e área de convivência na SR/PF/AP é fundamental para a realização da atividade física dos servidores e integração das equipes. Dessa forma, a contratação em tela encontra aderência ao Objetivo Institucional da Polícia Federal (Portaria nº 4453/2014-DG/DPF, de 16 de maio de 2014): Valorizar o Servidor, especificamente na ação estratégica de promoção à Saúde do Servidor.

No sentido de valorizar o servidor e melhorar o bem estar de todos que trabalham na SR/PF/PF, idealizou-se, também, a criação de um espaço para a construção de um refeitório, uma vez que atualmente não existe um local adequado para realizar as refeições.

Ademais, considerando a constante falta de vagas de estacionamento coberto em quantidade suficiente para atender as viaturas disponíveis. Bem como, a utilização rotineira de viaturas em estradas não pavimentadas que comprometem, não apenas, a estética das viaturas, mas também sua funcionalidade e durabilidade. Sendo assim, planeja-se ampliar as vagas cobertas no estacionamento e construir uma estrutura elevada para a lavagem das viaturas.

Deste modo, há a necessidade de se contratar pessoa jurídica especializada na elaboração de projetos executivos de engenharia, pois a Polícia Federal do Amapá não possui capacidade operacional de pessoal para elaboração dos projetos pretendidos de forma direta, razão pela qual necessita contratar uma empresa especializada para a concepção dos projetos em questão.

Os **projetos executivos** deverão ser elaborados em plataforma BIM (*Building Information Modelling*), em observância ao disposto no **Decreto nº 9983/2019**. Essa exigência busca alcançar também os seguintes benefícios que essa metodologia

proporciona: melhor qualidade geral do projeto; melhor integração entre as etapas, reduzindo os conflitos durante a construção; aproveitamento de elementos de projetos semelhantes anteriores, gerando consolidação de experiências e aprimoramento dos trabalhos; identificação e detalhamento dos elementos que compõem a obra; otimização na alteração dos projetos; melhor exatidão na quantificação dos insumos, e por conseguinte, melhor precisão no custo da obra, reduzindo a possibilidade de aditivos; facilitação da manutenção predial; dentre outros.

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

Contratação de empresa especializada em engenharia ou arquitetura, com qualificação técnica adequada, para elaboração de projetos básicos e executivos para a construção de um complexo desportivo, refeitório, cobertura para vagas de estacionamento e espaços para lavagem de viaturas na Superintendência da Polícia Federal no estado do Amapá - SR/PF/AP conforme condições previstas no termo de referência ou projeto básico e seus anexos.

Os serviços referenciados neste estudo, dadas as suas características, se enquadram no conceito de **serviços comuns de engenharia**, conforme definido no Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, visto que as atividades desenvolvidas pelos profissionais designados para a contratação pretendida possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais do mercado.

Duração Inicial do Contrato:

O contrato terá vigência pelo período de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado por interesse das partes na forma do art. 111 da Lei 14.133 de 2021.

Sustentabilidade:

Ainda, a execução da obra de reforma, além de observar as características e condições do local de execução dos serviços ou obra e seu impacto ambiental, deverá considerar a possibilidade de utilização das seguintes soluções:

- uso de sensores de presença;
- uso exclusivo de lâmpadas LED, fluorescentes compactas ou tubulares de alto rendimento e de luminárias eficientes;
- utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção;
- possibilidade de emprego de materiais, tecnologia e matérias-primas existentes no local para execução, de modo a diminuir os custos de transporte;
- facilidade e economia na execução, conservação e operação, sem prejuízo da durabilidade da obra ou serviço;
- adoção das normas técnicas de saúde e de segurança do trabalho adequadas;
- acessibilidade; e
- economia da manutenção e operacionalização da edificação, redução do consumo de energia e água, bem como a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.

Critérios de Seleção do Fornecedor:

As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estarão previstos no edital.

Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) e/ou CRT (Conselho Regional dos Técnicos Industriais) em plena validade, conforme as áreas de atuação previstas no Projeto Básico, em plena validade;

6. Levantamento de Mercado

Considerando a necessidade da Administração, analisou-se contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da SR/PF/AP. Dentro do possível elas foram incorporadas à contratação em análise.

É preciso registrar, inicialmente, que não há servidores no quadro funcional da SR/PF/AP para a execução direta dos serviços demandados, impedindo, portanto, o aproveitamento de recursos humanos próprios para a sua execução, não restando, portanto, alternativa à Administração a não ser a terceirização de tais serviços.

Dessa forma, optou-se pela contratação de empresa especializada em engenharia para a execução dos serviços elencado nas informações básicas do estudo técnico preliminar.

A solução viável para contratação é a **dispensa de licitação** com base no inciso I do artigo 75 da lei 14.133/21, que faculta a dispensabilidade da licitação, para obras e serviços de engenharia que envolva valores inferiores a R\$ 119.812,02.

Foram encaminhadas solicitações de preços no mercado local, a fim de selecionar o orçamento de menor valor.

7. Descrição da solução como um todo

Em linhas gerais, a contratação consiste no serviço de elaboração de Projeto Básico e Executivo, EM PLATAFORMA BIM (*Building Information Modeling*), para possibilitar posterior contratação de obras de engenharia para a implementação de um complexo esportivo, área de convivência, refeitório, cobertura para vagas de estacionamento e espaço para lavagem de viaturas na Superintendência Regional da Polícia Federal no estado do Amapá - SR/PF/AP, em terreno situado no Entroncamento das Rodovias Norte-Sul e R-210, s/n – Infraero, Macapá/AP, CEP: 68908-910.

A empresa contratada deverá atender às normas vigentes e orientações jurisprudenciais, compatibilização de projetos e serviços de Engenharia Orçamentária, incluindo documentos técnicos, especificações técnicas, planilhas de quantitativos e custos, planilha de composição de custos unitários de serviços e cronograma físico-financeiro, necessários para abertura de licitação com a finalidade da contratação de empresa de engenharia para a construção.

A área total para elaboração dos projetos é de **aproximadamente 1914 m²**.

A solução de engenharia adotada seguirá o partido arquitetônico - Anexo XVII (35017446);

Abrangência do complexo esportivo e área de convivência (Área 1)

- O complexo desportivo deve dispor de uma piscina com 25m de comprimento e 11,2 m de largura, uma quadra de areia oficial, vestiário e área para convivência que serão implementadas na área destinada a expansão do prédio.
- A área destinada a essa finalidade possui aproximadamente de **1393 m²**.

Abrangência do refeitório (Área 2)

- O espaço reservado para o refeitório deve ser adaptado para promover o compartilhamento e a integração com o hall do auditório e a copa existentes atualmente no térreo.
- A área destinada ao auditório possui aproximadamente de **90 m²**.

Abrangência da área para lavagem de carros (Área 3)

- O espaço destinado para a lavagem de carros deve considerar a implementação de área coberta com dick para lava jato.
- A área disponível para lavagem de carros possui aproximadamente de **45 m²**.

Abrangência de estacionamento coberto (Área 4)

- A ampliação da cobertura do estacionamento deve seguir a padrão arquitetônico atual.
- A área de ampliação da cobertura possui aproximadamente de **530 m²**.

A partir do levantamento feito, foram estimadas soluções e etapas para o desenvolvimento deste Estudo, conforme discriminado na Planilha Orçamentária e Cronograma físico-financeiro, ficando definidas quatro etapas, conforme abaixo:

Etapa 01: Realização de vistorias e reuniões culminando na elaboração da modelagem de arquitetura e relatório de premissas das demais especialidades de engenharia, conforme anexos; Levantamentos topográficos e sondagem do solo;

Etapa 02: Finalização da Modelagem de Arquitetura para a Aprovação nos órgãos distritais, com sua aprovação; Modelagem da estrutura; Modelagem do Projeto de Incêndio com aprovação nos Bombeiros; Modelagem das instalações com pontos e dimensionamentos;

Etapa 03: Modelagem Geral de todas as Especialidades, com sua finalização, contendo a aprovação na Concessionária de Energia, Águas e Esgotos, ou outros órgãos necessários;

Etapa 04: Maquete Eletrônica Virtual, Detalhamentos dos Projetos; Documentação Técnica, contendo: Caderno de Encargos e Especificações Técnicas, Planilha Orçamentária, Cronograma, Curva ABC, Composições de Custos, Memorial de Quantitativos; Plotagem e entrega das pranchas; Compilação de arquivos em BIM contendo todas as famílias e modelos.

Ao final deverá ser elaborado compêndio de todo o material produzido, que servirá de projeto básico para a licitação da obra para construção.



8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As quantidades foram apuradas com base na Concepção Arquitetônica - Anexo XVII (35017446) e Planilha de composição de preços - Anexo VIII (35023682).

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 139.044,68

Conforme Anexos VIII - Planilha de Composição de Preço (Mem. Cálculo) (SEI nº 35023682), com precificação utilizando o sistema SINAPI.

O valor estimado da contratação é de **R\$ 139.044,68 (Cento e trinta e nove mil quarenta e quatro reais e sessenta e oito centavos)**.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Cabe aqui a justificativa em relação ao não parcelamento do objeto. No parcelamento é imprescindível que a divisão do objeto seja técnica e economicamente viável e não represente perda de economia de escala (Súmula 247 do TCU). O órgão licitante poderá dividir a pretensão contratual em itens ou em lotes (grupo de itens), quando técnica e economicamente viável, visando maior competitividade.

No caso em tela, o parcelamento se mostra tecnicamente inviável, pois para o cumprimento eficaz do objeto do contrato, o parcelamento traria descontinuidades perigosas à eficácia na execução do serviço, ou conforme aludido por Fernandes, 2010: “Na comparação parcelamento x solução integrada evidenciada nesse estudo, aduz-se que a sistemática do gerenciamento integrado

vem sendo absorvida como a de melhor vantagem, uma vez que além de representar avanço de gestão, controle e redução de gastos, e permitir a unicidade de objeto, suprime problemas de continuidade dos serviços contratados, garantindo-lhes a um só tempo celeridade, harmonia, equilíbrio e revisão dos atos.”. Portanto, para a unicidade do objeto, ou seja, para a perfeita execução da obra de reforma, fica impraticável o parcelamento da contratação.

Diante da experiência e conhecimento, opta-se, com todo o fundamento acima, pela contratação conjunta do serviço, visando assim um resultado final completo e satisfatório, além de uma racionalização dos recursos da Administração.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratações correlatas aos moldes desta contratação.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Plano Anual de Obras (PLANOB) 2024 consolida as diretrizes e identifica as prioridades para obras e serviços de engenharia da PF, sendo peça fundamental para correta fruição do dinheiro público, sem a qual haveria incertezas quanto a utilização e destinação das verbas dispensadas ao DPF.

O PLANOB, instituído pela IN 011/2005-DG/DPF, de 02 de julho de 2005, estabelece diretrizes para o diagnóstico, planejamento, aprovação anual e execução no ano subsequente de obras e serviços de engenharia, no âmbito da Polícia Federal. No item 6.2 do anexo I, prevê que a Polícia Federal deve manter as unidades em pleno funcionamento, sobretudo em situações adversas, como um dos fatores críticos para o sucesso da instituição, contribuindo para que se atinjam os seguintes fatores críticos de sucesso:

- Pessoal motivado;
- Apoio logístico efetivo;
- Credibilidade mantida;
- Otimização dos Serviços ao Usuário/Cidadão;
- Gestão de Obras e Infraestrutura.

Nessa linha, foi instituído pelo mesmo instrumento que um dos objetivos institucionais é a otimização do emprego de bens e recursos materiais, de forma a modernizar a gestão do patrimônio e dos recursos materiais da instituição, aperfeiçoando o seu emprego e utilização com ações estratégicas em Gestão de obras e Infraestrutura – ampliando suas instalações e modernizando sua infraestrutura, na Gestão de Contratos – acompanhando e controlando sistematicamente a execução dos mesmos; nas compras – orientando, formalizando, executando e gerenciando as atividades de aquisição de bens e serviços, e na Gestão Patrimonial – desenvolvendo, sistematizando e implementando mecanismos de planejamento, padronização, controle e otimização de processos.

Além disso outros fatores críticos de sucesso mencionados no Plano Estratégico da Polícia Federal são:

- Infraestrutura adequada - Dispor de edificações e mobiliário adequados para o desempenho das atividades, de modo a oferecer tratamento equânime aos Servidores e exemplar atendimento aos cidadãos.
- Recursos de C&T atualizados - Dispor de recursos e de técnicas específicas para o acompanhamento e desenvolvimento de níveis mais avançados em matéria de Ciência e Tecnologia.

Portanto a contratação pretendida abrange vários aspectos da funcionalidade e estratégia do órgão, contribuindo para o atendimento das suas atividades meio e fim.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Melhoria nas instalações físicas, visando a promoção à saúde e bem-estar dos servidores que estão lotados na Superintendência Regional da Polícia Federal no Amapá, bem como, a preservação das viaturas pertencentes a instituição.

14. Providências a serem Adotadas

As providências a serem adotadas pela Administração, previamente à celebração do contrato são:

- Zelar para que todo o processo seja transparente e de forma idônea, providenciando para que o processo de contratação ocorra conforme preconiza as Leis em vigor e não fira em nenhum ponto os princípios da Contratação Pública;
- Definir os servidores que farão parte da equipe de fiscalização/gestão contratual;
- Capacitar os fiscais/gestores a respeito do tema objeto da contratação;
- Disponibilizar após a contratação o arquivo da planta da SR/PF/AP no formato compatível ao Autodesk Autocad a contratada;
- Definir os planos de trabalho com vistas à boa execução contratual;
- Fazer o acompanhamento rigoroso das ações previstas no projeto apresentado para a realização das adequações e melhorias no objeto a ser contratado.

15. Possíveis Impactos Ambientais

O objeto desta contratação não causará nenhum impacto ambiental, dispensando qualquer tipo de licença para contratação.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

O presente planejamento foi elaborado em harmonia com a Instrução Normativa nº 05/2017 – SEGES/MPDG, bem como em conformidade com os requisitos técnicos necessários ao cumprimento das necessidades e ao objeto da contratação, bem como o devido atendimento às demandas de negócio formuladas.

Além disso, os benefícios pretendidos são adequados; os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade; os riscos envolvidos são administráveis e a área requisitante priorizará o fornecimento de todos os elementos aqui relacionados necessários à consecução dos benefícios pretendidos.

Assim, **declaramos a viabilidade da contratação e recomendamos o serviço proposto.**

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

SERGIO CLODOALDO SANTOS FERREIRA

Membro da comissão de contratação

JOAO VICTOR MELO COUTINHO

Membro da comissão de contratação